

PUBLICISTAS

O TCU precisa ser redesenhado?

Novas funções do Tribunal pedem nova estrutura

EDUARDO JORDÃO



Fachada do Tribunal de Contas da União (TCU) Crédito: Leopoldo Silva/Agência Senado

O **TCU** tem se afastado do perfil universalmente reconhecido a tribunais de contas, e se aproximado do jeito de um tribunal administrativo. Virou revisor (ou avalizador) geral da atividade administrativa nacional.

Não deveria essa transmutação vir acompanhada de reforma institucional correspondente?

O desenho do Tribunal foi pensado para o exercício de suas funções originárias. Funções distintas são mais bem desempenhadas por entidade com outras características.

A graphic with a light blue background. On the left, there is a vertical column of eight stylized human figures. Each figure is composed of a circle (head) and a rounded rectangle (body). The circles and rectangles are colored in alternating shades of blue and red. To the right of this column, the word 'EVENTOS' is written in red, uppercase letters. Below it, the text 'Transmissões ao vivo, webinars e workshops híbridos ou presenciais' is written in large, bold, black letters. At the bottom right, there is a red rectangular button with the white text 'CONHEÇA O ESTÚDIO JOTA'.

Exemplo: o TCU é composto por nove Ministros, seis escolhidos pelo Congresso e três, pelo Presidente da República (um livremente e dois entre Ministros-substitutos e membros

do MPTCU). Faz sentido que continue sendo assim?

Cinco pontos pra iniciar o debate:

1) A proximidade ao Congresso, de quem o TCU atuava como auxiliar no exercício do controle externo, explica a titularidade da maioria das indicações. Isso ainda se justifica ou o Tribunal já é hoje uma instituição independente do Congresso, podendo também a sua composição lhe ser mais independente?

2) A mesma circunstância explicava porque o TCU sempre foi majoritariamente composto por agentes políticos. As últimas indicações, inclusive, mostraram forte concorrência entre senadores e deputados. Diante das tarefas incorporadas nos últimos anos, notadamente as de avaliação de políticas públicas e regulatórias, não seria mais adequada composição mais técnica? Lembre-se que, pelas mesmas razões, a Lei das Agências traçou padrões técnicos e de neutralidade política para pautar nomeações de seus dirigentes.

3) Em se entendendo uma composição mais técnica como desejável, seria o caso de abrir mais espaço para ministros vindos dos vários corpos técnicos dos poderes públicos, inclusive o do próprio TCU, de qualidade sempre tão elogiada?

4) Por que número tão reduzido de Ministros? O TCU atua sobre tantos setores da administração, opina sobre questões tão distintas, que talvez merecesse corpo decisório mais amplo, com competências diversas. Um paralelo com o Conselho de Estado francês: lá são cerca de 170 Conselheiros, num país com território 15 vezes menor do que o Brasil, equivalente ao Estado da Bahia.

5) Outro elemento relevante do modelo francês é a proximidade com a administração pública. Ao longo de sua carreira, o Conselheiro de Estado ocupa temporariamente cargos na alta administração (cerca de 40, 1/4 do total, estão hoje fora do tribunal). A circunstância decorre da compreensão, bem enraizada por lá, de que o julgador da administração deve conhecer bem a realidade do administrador (*"juger l'administration, c'est encore administrer"*). A mesma circunstância explica porque Conselheiros de Estado e altos funcionários públicos recebem a mesma formação acadêmica e multidisciplinar oferecida pela Escola Nacional de Administração (ENA). Ideias que caberia importar?

Tal como aconteceu com o STF, o aumento da relevância social do TCU veio acompanhado de mais atenção e reflexão da literatura. Mas ao contrário do que se dá com o STF, pouco se debate a composição e a adequação do desenho institucional do TCU. Hora de mudar essa realidade.

EDUARDO JORDÃO – Professor da FGV Direito Rio e sócio do Portugal Ribeiro & Jordão Advogados. Doutor pelas Universidades de Paris e de Roma. Mestre pela USP e pela LSE. Foi pesquisador visitante em Harvard, Yale, MIT e Institutos Max Planck

